



Anais da Assembléia

N.º 46

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE MAIO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 40.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 1985.

SEGUNDA-FEIRA

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, Preferência de Votação ao requerimento de autoria do Sr. Deputado Artágio Mattos Leão, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital, do Sr. MOACYR ANSELMO DA SILVA.

Tal passamento vem consternar a nossa sociedade face aos dotes morais do extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, à Rua Prof. L. G.C. Vellozo, 873.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. JOÃO THEODORO DA SILVA, ocorrido em Ribeirão do Pinhal, a 23 do mês em curso.

Pertencente a tradicional família daquela cidade, o extinto era casado com a Sra. Maria Aparecida da Silva, comerciante, membro benemérito de entidades de cunho filantrópico do município, além de profissional capaz e pai de família exemplar.

O passamento prematuro de João Theodoro da Silva, veio abrir enorme lacuna no seio da família e à sociedade local, onde gozava do mais alto conceito junto aos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, requer ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua São Paulo, esquina com Júlio Farah, s/n – Ribeirão do Pinhal – PR.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. AMÉRICO UGOLINI, ocorrido em 25 de maio de 1985.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

As 17:30 horas do último domingo, acompanhado por dezenas de familiares, amigos e companheiros de luta política, chegava à sua última morada, no cemitério São Pedro, na cidade de Londrina, o Sr. Américo Ugolini. Dos seus 91 anos de vida bem vividos naquela terra, levava apenas uma aposentadoria do FUNRURAL e muita história do desbravamento do Norte do Paraná.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados: Djalma de Almeida César e Antônio Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Péciles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Fiori Luiz, Artágio Mattos Leão, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Ervin Bonkoski, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Sérgio Spada, Tércio Albuquerque e Werner Wanderer (13). Achando-se em licença o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara a aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja incluído na Ordem do Dia, em Regime de Urgência, o Projeto de Lei n.º 238/84, que autoriza o Poder Executivo reverter ao Município de Paulo Frontin o imóvel transcrito sob n.º 11334, às fls. 52 do Livro n.º 3-1 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 58/85, constante da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

Nascido em Santos (1896), já nos anos de 1927/28, participava da colonização e implantação dos atuais municípios de Cornélio Procopio e Londrina. Homem profundamente ligado à terra, foi um dos primeiros Presidentes da Sociedade Rural do Norte do Paraná e responsável pela realização da I Exposição Agrícola de Londrina.

Durante o Governo João Goulart, foi nomeado delegado da SUNAB no Paraná, tendo assumido o cargo somente por 3 ou 4 dias. O golpe de abril de 64 afastou-o das funções.

Tendo sido um dos fundadores do MDB de Londrina, sempre recebeu o respeito e a admiração de todos os companheiros, pois cativou a política partidária com idealismo e jamais por interesses pessoais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações pela posse dos novos Presidentes dos Institutos de Previdência Social — Hélio Cordeiro, Presidente do INAMPS, Paulo Macarini, Presidente do IAPAS e Artur Virgílio Filho, Presidente do INPS.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

A renovação dos dirigentes dos mais importantes órgãos de Previdência Social de nosso País, representa, sem dúvida alguma, um grande avanço no sentido de que os escândalos que vinham ocorrendo sejam eliminados por completo, com a adoção de uma nova política de saúde, com novos mecanismos de controle.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, manifestação de agradecimento ao Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia — COPEL, Doutor Ary Veloso Queiróz, pela instalação do escritório central (pessoal técnico e de manutenção) no local da obra de Salto Segredo, desde quarto trimestre/81, num sinal evidente de que a obra obedecerá o seu curso normal, gerando ao Paraná e ao Brasil, 2.520.000 quilowatts, a partir de 1991.

Prende-se esta moção ao fato das providências tomadas, atenderem amplamente aos anseios da comunidade guarapuavana e da região, tais como:

- mão-de-obra ser local;
- as instalações, desde o acampamento operário até a vila residencial, estarem edificadas em território guarapuavano;
- a participação de empresas paranaenses nos consórcios constituídos para participação nas concorrências;
- a transferência de know-how e tecnologia às empresas paranaenses associadas;
- os engenheiros das associadas, que fizerem parte da equipe diretiva, deverão fixar residência no local;
- o englobamento de todas as fontes de recursos, tais como: FINAME, ELETROLUZ, Governo do Estado, recursos próprios da COPEL, financiamento externo através do BID.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) LEÓNIDAS CHAVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Interior,

solicitando agilização de estudos para a implantação do serviço de água e esgotos, no Jardim Primavera, Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Segundo levantamentos efetuados, podemos afirmar que a maior parte da população é egressa do Hospital São Roque e a falta do precioso líquido, preocupa toda a população do Município de Piraquara, bem como, parte de Curitiba.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, p o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. José Sarney, DD. Presidente da República; Affonso Camargo, Ministro dos Transportes; José Richa, Governador do Estado e Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhes o acionamento de medidas para que seja construído, com imediata prioridade, o trecho ferroviário Maringá — Guaíra, cujo percurso implica na implantação de apenas 190 km de trilhos, ficando para ulterior etapa o projeto entre Guarapuava — Guaíra, cuja distância a ser coberta, oscila em 443 km de trilhos.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Sem qualquer menosprezo a outras regiões do Paraná, salta aos olhos de todos nós a evidência de que o Norte-Noroeste do Estado é quem dá o tom em nossa produção agrícola global, região esta que efetivamente se consolida, embora nossa produção de alimentos esteja estagnada em termos de maior progressão há quase dez anos, pela procedência do slogan: "Paraná — celeiro do Brasil".

É por isso que, até mesmo por um dever de justiça com quem de fato produz e produz muito, o Noroeste deve deixar de lado sua histórica timidez e habitual recato, para gritar em alto e bom som, que está à espera de uma definição do Excelentíssimo Sr. Ministro dos Transportes, Affonso Camargo, em favor da ferrovia Maringá - Guaíra, cujo percurso implica em construção de apenas 190 km de trilhos, ficando para ulterior etapa a implantação de trilhos entre Guarapuava — Guaíra, cuja distância a ser coberta por trilhos é de 443 km.

Maringá, grande eixo polarizador de toda a região Noroeste do Estado, em documento divulgado recentemente pelo prefeito Said Ferreira, anfitrião e líder incontestado do Projeto Noroeste, realçava que "o transporte sobre trilhos é o único meio, em terra, capaz de atender de forma econômica, a transferência de grandes volumes de carga homogênea dos centros produtores aos portos de embarque ou aos grandes centros consumidores. A ferrovia Maringá — Guaíra, há anos, vinha sendo colocada como uma das prioridades ferroviárias.

Ultimamente, porém, sob a alegação da falta de recursos, silenciou-se sobre o assunto. O Governador José Richa, a 23 de julho de 1983, solicitou do Ministério dos Transportes a construção desse trecho. A luta deve continuar, sem tréguas, pela implantação.

Nem de longe se contesta a aplicação de investimentos em outras regiões do Paraná. Tendo em vista, porém, que a premente necessidade de economia de combustível é uma das metas do Governo, a ferrovia Maringá — Guaíra deve constituir imediata prioridade, pois o consumo de combustíveis será cinco vezes menor do que é gasto nas rodovias".

A integração: Paraná — Mato Grosso do Sul — Paraguai é imperativo gritante do atual momento paranaense. E

conquanto justas as manifestações de respeitáveis colegas do Parlamento Estadual que acenando estão pela prioridade da ferrovia Guarapuava - Guaíra ou Foz do Iguaçu - Guaíra, a verdade incontestável é que num momento de austeridade econômica e racionalização de recursos, a hora é de acionar medidas economicamente viáveis e que atendam, no complexo das necessidades globais, aquelas que são as mais urgentes. É dentro dessa filosofia, que se espera venha a ser a da Nova República, que se precisa analisar a situação real de que para se concluir a ferrovia Maringá - Guaíra, resta apenas a implantação de trilhos entre Cianorte e Guaíra.

Para uma visão mais clara dos diversos ângulos, além da diferença astronômica de custos para a interligação ferroviária do Porto de Paranaguá a Guaíra — via Maringá (190 km a construir), e a interligação do mesmo Porto a Guaíra — via Guarapuava (443 km a construir), até mesmo a distância global entre os dois pólos é de 21 quilômetros para menos, pela via Maringá, visualizando-se a realidade desta maneira:

Paranaguá - Maringá - Guaíra: percurso: 948 km

Paranaguá - Guarapuava - Guaíra: percurso: 969 km.

A ferrovia Maringá - Guaíra, longe de ter, portanto, sustentação em ressonâncias de índole bairrista, fundamenta-se em dados concretos que por si mesmos se impõem no cenário das prioridades, como opção de primeira hora. É por isso que a bandeirada da construção da ferrovia Maringá - Guaíra precisa ser acionada já.

Finalmente, Sr. Ministro dos Transportes, tenha a certeza de que em assim agindo, junto com os aplausos do povo do Noroeste do Estado, haverá de fluir espontaneamente à compressão e reconhecimento dos irmãos paranaenses de outras regiões do Estado, por sentirem avaliar, fundamentalmente, que mais uma vez estará sendo norteada a ação do Ministério dos Transportes pela vereda firme do bom senso e de justiça.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando agilização de estudos para a implantação do serviço de água e esgotos no Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

A falta de água e esgoto tem trazido uma preocupação muito grande aos munícipes de Piraquara e Curitiba, em virtude da maioria dos moradores serem familiares de portadores da doença denominada "mal de Hansen".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes no sentido de que, mediante estudos, determine a pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Goioerê ao Município de Iporã.

A iniciativa da presente solicitação é de autoria do Excelentíssimo Sr. Vereador da Câmara Municipal de Goioerê, Toshiyuki Koike, que apresentou-a em reunião daquele Poder Legislativo, realizada recentemente.

Fora de qualquer dúvida, o asfaltamento entre Goioerê e Iporã é da maior importância. Primeiramente, porque liga duas importantes cidades de expressão regional. A segunda

razão é a de que, pavimentada, a referida ligação interligará diversos municípios que formam duas das mais ricas microrregiões do Estado: a Microrregião 11, denominada de Entre Rios (Iporã fazendo parte) e a Microrregião 12, denominada de COMCAM — Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (Goioerê fazendo parte).

Ademais, reconhecendo os resultados positivos que por certo advirão com o asfalto Goioerê — Iporã a ACAMDOZE — Associação de Câmaras Municipais da Microrregião Doze, no último dia 04 em Goioerê, aprovou por unanimidade, proposição neste sentido, onde todos os Vereadores da região lá presentes, manifestaram o desejo de ver pavimentado o referido trecho.

Diante de exposição de motivos, espera-se dessa Secretaria de Estado dos Transportes, o encaminhamento do que ora é reivindicado, já que a mesma vem de encontro não somente aos interesses do conjunto de Vereadores da região (particularmente do Sr. Toshiyuki Koike), mas também dos demais segmentos que formam a coletividade das respectivas cidades de Goioerê e Iporã.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Marco Antonio Fiori, Reitor da Fundação Universidade Estadual de Londrina, solicitando esclarecimentos sobre o episódio das demissões dos funcionários da Prefeitura do Campus Universitário, através da Secretaria da Educação.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Manifestamos a nossa preocupação e o nosso desagrado pelas recentes tentativas de demissões na PCU.

Tendo sido o assunto objeto de manifestação no plenário da Assembléia Legislativa do Paraná, é importante que tomemos conhecimento do resultado final do processo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Presidente da TELEPAR — Companhia Paranaense de Telecomunicações, objetivando a implantação de uma rede de telefonia rural na localidade de Água Quente, pertencente à municipalidade de Iretama.

A localidade de Água Quente possui em toda a sua região um expressivo número de moradores, na maioria proprietários ou trabalhadores rurais. Estes têm sentido a ausência, que aliás vem de há muito tempo, de um meio de comunicação ágil e eficiente, que é o telefone.

Neste sentido e diante de tão justa reivindicação, o Excelentíssimo Sr. Humberto Gomes Martins, Prefeito Municipal de Iretama, tem reiterado o seu apoio, defendendo também que a implantação de uma rede de telefonia rural se dê o mais breve possível.

Eis, pois, a exposição de motivos, suficiente para que essa companhia dê o necessário encaminhamento.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, no intuito da liberação de recurso de ordem financeira a ser aplicado na iluminação de uma quadra existente no Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, pertencente à municipalidade de Campina da Lagoa.

O Distrito Administrativo de Salles de Oliveira tem, em sua população, um expressivo número de jovens. Estes, na maioria das vezes, costumam praticar esportes. Deste modo, utilizam-se de uma quadra existente.

Entretanto, aquela cancha não possui iluminação. Conseqüentemente, no período noturno a mesma fica sem ser utilizada exatamente por aquele motivo. Ademais, os praticantes de modalidades esportivas, não podem desenvolvê-las durante o dia, tendo em vista que, neste período, trabalham.

Enfim, a iluminação da quadra é algo indispensável. Porém, isto só será possível se essa Secretaria de Estado da Cultura e Esporte der sua colaboração, garantindo a liberação de recursos financeiros, atendendo especialmente a iniciativa do Excelentíssimo Sr. Vereador Rubens Barbosa, que a faz em nome da gente trabalhadora de Salles de Oliveira.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social encarecendo a liberação de maior cota de remédios para o setor na municipalidade de Janiópolis.

Em Janiópolis a cota de remédios que está atualmente sendo destinada é insuficiente. As reclamações por parte da comunidade, têm sido muitas. Especialmente por parte das famílias de menor poder aquisitivo que, por serem carentes, necessitam de medicamentos.

Tal problemática foi constatada pelo Ilustríssimo Sr. Matias Reinaldo Sampaio. Na qualidade de Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, aquele senhor afirma ter sentido pessoalmente os problemas vivenciados no setor de saúde, através das autoridades existentes.

Espera-se, portanto, que essa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, determine levantamentos dos medicamentos atualmente fornecidos e, conseqüentemente, supra todas as deficiências, destinando mais recursos neste sentido.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. responsável pelo DSTC – Departamento dos Serviços de Transporte Comercial, através da Secretaria de Estado dos Transportes, visando a modificação de horário da saída do ônibus que faz a linha entre a municipalidade de Jandaia do Sul até a municipalidade de Barbosa Ferraz.

Atualmente, no que diz respeito aos dias de sábado, o horário do ônibus partir de Jandaia do Sul com destino a Barbosa Ferraz é às 18:00 horas. Tal tempo em que o ônibus sai de Jandaia do Sul, tem sido totalmente inconveniente. Isto

se explica com relação às queixas formuladas pelo conjunto de estudantes que residem em Barbosa Ferraz.

As reclamações foram encaminhadas a Excelentíssima Sra. Elza Marques Gonçalves, que preside a Câmara Municipal de Barbosa Ferraz. Estes mesmos estudantes, cursam a instituição existente, a nível superior, em Jandaia do Sul, utilizando-se de ônibus para o deslocamento.

Neste sentido, a proposta é no intuito que haja mudança do horário. Das 18 horas, o novo horário de saída de Jandaia do Sul a Barbosa Ferraz, passaria a ser o das 19 horas, nos sábados. Pois, deste modo, os estudantes não precisariam ter de deixar de sair de suas salas de aula antes do término das mesmas para não perderem o embarque.

Por se tratar de uma questão extremamente justa, é de se esperar desse Departamento e dessa Secretaria de Estado dos Transportes, a adoção de medidas, quanto ao ora reivindicado.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social no sentido de liberação de maior cota de remédios para o centro de saúde existente na municipalidade de Campo Mourão.

Responsável pelo CETAS – Centro de Triagem e Assistência Social de Campo Mourão, a Ilustríssima Sra. Cidália Guimarães de Araújo tem posto em prática uma série de programas objetivando minorar os constantes problemas, fruto da situação que passam diversas famílias de baixa renda, que se encontram vivendo naquela cidade.

Justamente por conhecer a fundo as questões relacionadas à população de menor poder aquisitivo, a referida senhora diagnosticou, recentemente, dificuldades vivenciadas no setor de saúde, que aliás possui bastante ligação com o seu trabalho.

Há falta de medicamentos para atender a demanda. Tal situação não permite atender satisfatoriamente o conjunto da população, notadamente as que mais necessitam e que ao mesmo tempo não dispõem de recursos suficientes para tal.

Diante da exposição de motivos, aguarda-se dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, o pronto atendimento do que ora é solicitado, pondo fim às reclamações formuladas por munícipes daquela cidade.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR – Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, visando a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados na construção de uma quadra de esportes no Colégio Estadual Santo Inácio de Loyola – Ensino de Primeiro e Segundo Graus, localizado na municipalidade de Fênix.

A direção daquele conceituado estabelecimento de ensino daquela cidade, conforme correspondência assinada pela Ilustríssima Sra. Diretora Maria Zilda de Azevedo, relata o fato de que, atualmente, os alunos vêm desenvolvendo a prática de educação física numa rua próxima à sede do referido

educandário, exatamente por não contarem com uma quadra de esportes.

Quanto ao mesmo problema, tem também manifestado a sua preocupação, o Excelentíssimo Senhor Vereador do Poder Legislativo local, Amilton do Lago Santiago, que inclusive afirma ser de fundamental importância que a FUNDEPAR, através da Secretaria de Estado da Educação, determine a liberação de recursos financeiros capazes de garantir a construção de uma quadra de esportes, o mais breve possível, resolvendo, deste modo, um antigo problema.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 87/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública estadual a Associação Curitibana de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, de autoria do Senhor Paulino Pastre, Presidente daquela APMI, visa ofertar à Entidade os recursos necessários à continuação de um trabalho de elevado cunho social. De acordo com relatório apresentado por a AMPI desta Capital, vem ela desenvolvendo atividades de assistência integral às famílias de baixa renda, em programa infantil de manutenção da Creche Pinheiros, onde mantém aproximadamente 90 crianças carentes, oferecendo educação integral e alimentação.

Desenvolve, também um programa de assistência, orientação e educação às famílias da comunidade onde atua, primordialmente no Bairro de Santa Felicidade; É dever, portanto, do Governo fornecer os meios materiais necessários à continuidade deste trabalho comunitário.

Neste sentido, apelamos para os Nobres Pares que, tendo em vista a presença da documentação legal prevista, apoiem esta reivindicação, transformando em realidade a aspiração da comunidade curitibana do Bairro de Santa Felicidade.

PROJETO DE LEI Nº 88/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica isento do pagamento do imposto de transmissão, o servidor público estadual, admitido pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho - C.L.T., na aquisição de imóvel para sua moradia, quando outro não possuir.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) NELSON BUFFARA

Apoiamento:

Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Adhail Sprenger Passos, Tadeu Lúcio Machado, Anibal Khury, Trajano Bastos, Djalma de Almeida César, Péricles Pacheco, Márcio Almeida, Sabino Campos, Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

A Carta Magna de nosso Estado, em seu Art. 85, estabelece que ao funcionário público estadual e municipal,

quando adquirirem imóvel para sua residência a isenção do Imposto de Transmissão.

No artigo n.º 148, letra G, da mesma Constituição, encontramos a mesma isenção, atribuída ao ex-combatente da Força Expedicionária que tenha participado efetivamente de operações bélicas na segunda Guerra Mundial.

Por entender que os Servidores Celetistas devam ter os mesmos direitos que os servidores Estatutários, é que estamos apresentando o presente Plano de Lei, isentando-os, com justiça, do pagamento do imposto de transmissão.

PROJETO DE LEI Nº 89/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Nova Cantu, com sede naquela municipalidade e foro na Comarca de Ubiratã.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente esboço de lei, através da iniciativa da Senhora Terezinha Daroz Pereira, Presidente da APMI de Nova Cantu, fornecer a esta Entidade, com fins reconhecidamente sociais, os necessários meios destinados a levar adiante as suas atividades.

Perfeitamente integrada no seio da comunidade nova cantuense, a Associação de Proteção à Maternidade e Infância está desenvolvendo um extenso trabalho voltado principalmente para a população carente, podendo-se aqui citar a assistência médica, assistência alimentar, recreação, palestras, e proteção e tratamento de crianças órfãs.

Estando presentes, em anexo, todos os documentos indispensáveis à consecução deste Plano, previstos na Lei n.º 6994, a comprovada a elevada atividade de cunho social que a Associação vem desenvolvendo no Município de Nova Cantu, venho à presença dos nobres Pares solicitar o necessário apoio para que seja atingido o objetivo a que se propõe.

PROJETO DE LEI Nº 90/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "Ação de Assistência Social à Criança Órfã e Necessitada, AASCON - com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Desde sua fundação, a Ação de Assistência Social à Criança Órfã e Necessitada, vem cumprindo com as finalidades que se propõe em seus Estatutos, ou seja, dedicando-se à promoção da comunidade, em especial, de crianças desamparadas com alimentação, vestuários, medicamentos, educação e lazer, promovendo o bem-estar do menor.

Portanto, a AASCON é uma instituição de caráter filantrópico, de assistência social e cultural, devidamente registrada sob o n.º 7.934, Livro "A" de Registro de Pessoas Jurídicas do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital e está em condições de ser declarada de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra a Senhora Deputada Irondi Pugliesi, inscrita.

A SENHORA IRONDI PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Li, com espanto e indignação, nota inserida no jornal “O Estado do Paraná”, do dia 21 de maio, envolvendo o meu nome, no caso de corrupção na CIRETRAN de Jandaia do Sul.

Chegou ao absurdo, tal nota, de dizer que eu estava acobertando os corruptos, supostamente a mim vinculados politicamente.

Eu e o Prefeito de Jandaia, Perseu Pugliesi, seríamos os acobertadores e a sustentação política dos envolvidos.

Dirijo-me agora, desta tribuna, para esclarecer alguns fatos. Não o fiz antes, pois encontrava-me em Brasília, onde tomei posse como membro da Comissão designada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para elaborar anteprojeto de lei dispondo sobre a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Inicialmente, quero dizer que os envolvidos, Luiz Carlos Marcolino, foi candidato a Vereador, em Jandaia do Sul, pelo PDS - Partido Democrático Social, conforme documentos em meu poder; e Ariovaldo Vignolo Peres, é eleitor em Mandaguari.

A nota, tendenciosa, foi claramente elaborada em gabinete, no sentido de me incompatibilizar com segmentos políticos de Jandaia e região, que me apoiam.

Jamais acobertei e nem acobertarei, qualquer fraude à lei, por menor que seja.

Apoio integralmente as ações judiciais ou administrativas instauradas para apurar irregularidades.

Não posso, por outro lado, ficar calada frente a insinuações assacadas com o único intuito de tentar abrir espaços políticos.

Não posso deixar passar impune, esta sórdida tentativa, inserida em contexto maior, de macular minha conduta política, sempre em defesa do direito e da moralidade.

Repudio, veementemente, a nota publicada no jornal “O Estado do Paraná”.

Não quero discutir o mérito da questão relativa à corrupção. Prefiro esperar os resultados práticos, apurados por Comissão Especial.

Mesmo porque vários órgãos do Trânsito do Estado encontram-se, seguidamente, envolvidos em casos semelhantes, como por exemplo, os de Ibioporã e Rolândia e nem por isso os Prefeitos e Deputados respectivos foram envolvidos nos casos.

Em Jandaia isto aconteceu, talvez porque interesse ao mentor intelectual das denúncias, que espera tirar proveito político do episódio.

Não tenho conhecimento do que ocorre nas CIRETRANS e DETRANS do Paraná. Não é meu papel fiscalizar a atuação de servidores estaduais, nem me prestaria a tal encargo.

O que precisa ficar claro e definitivo, aqui e agora, é que nunca acobertei qualquer envolvido em práticas que firam a Lei; nem jamais o farei.

Volto a dizer: as pessoas envolvidas não desenvolveram qualquer atividade política em favor de meu nome, primeiro porque um é vinculado ao PDS e outro é eleitor em Mandaguari. O chefe de ambos, por ser, na época, policial militar da ativa, estava impedido legalmente de se manifestar.

Mas, ainda que fossem meus cabos eleitorais, não

teriam minha sustentação política para fraudarem a Lei.

Considero dever do Estado, por seus órgãos, investigar as denúncias de corrupção e punir os culpados.

O que não posso aceitar, é a mesquinha tentativa de envolverem-me no episódio.

A coisa é tão absurda, que cai no ridículo.

Minha atuação política dá a certeza, a todos, que jamais me envolveria em tão grotesco caso.”

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Deputados.

Inicialmente, registramos nossa solidariedade pessoal a Senhora Deputada Irondi Pugliesi, dentro do assunto que ela acaba de abordar. Conhecemos a atuação da Deputada, e sabemos dos seus compromissos e da sua seriedade no desempenho das suas funções. Temos certeza, e somos solidários com esclarecimentos que ela presta aqui, hoje, o que, em certa medida, até desnecessário se faria.

Mas, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, a nossa intenção nessa tarde, é trazer esclarecimentos àqueles integrantes desta Assembléia, que ainda, por ventura, não estejam a par, de que no dia 27 de março passado, este Plenário aprovou um requerimento, de nossa autoria, que nos solicitava o envio de expediente, ao Secretário da Saúde e Bem-Estar Social do Paraná, e à Secretaria de Educação do Paraná, solicitando urgência na redefinição dos critérios de cumprimento da Legislação Federal, que dispõe sobre a realização de exames médicos, em escolares, para a prática de educação física.

Toda a fundamentação nossa, naquela oportunidade, nós usamos do Grande Expediente, inclusive, para por mais tempo podermos tratar do assunto, bastante delicado, mas, toda a nossa fundamentação se valia, não só dos estudos, em que um grupo de trabalho, realizou por meses seguidos, desde o final de 84, reavaliando o papel dos exames médicos, nos escolares, no início de cada ano letivo.

Nossa fundamentação valeu-se, não só dos estudos desse grupo de trabalho, como também, da nossa experiência pessoal, quando desempenhamos a função de médico, na saúde escolar do Estado do Rio de Janeiro, que tem hoje, segundo é do conhecimento nacional, um programa de saúde escolar modelo, em termos de atuação das unidades federadas.

E recebemos, em virtude não só desse requerimento, eu creio que, não só em virtude do requerimento aprovado por esta Assembléia, mas, também, pelos estudos feitos, pelo grupo de trabalho, já citado, e pelos estudos em andamento, na área federal, recebemos no dia 20 de maio passado, semana passada, portanto, do nobre Deputado Anibal Khury, 1.º Secretário da Casa, um expediente, em que nos repassava o ofício recebido da Senhora Secretária da Educação, em que dava ciência da Resolução 1735/85, que passo a ler:

“Retifico os Artigos 15 e 16 do Capítulo 7.º, Regulamento baixado com a Resolução 7.251, de 03 de outubro de 1984, que passa a vigorar com a seguinte Redação: Artigo 15 — Para a prática da educação física nos estabelecimentos de ensino da rede oficial do Estado, não será necessário exame médico prévio. Artigo 16 — Uma vez constatado pelo respectivo professor, através do exame biométrico, ou durante a prática de educação física, qualquer anormalidade, o aluno será encaminhado pela direção, ao exame clínico especializado.

Revogam-se as disposições em contrário.
29 de abril de 1985”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós voltamos ao assunto, nesta tarde, em virtude de termos tomado conhecimento, pela imprensa, creio que tenha sido motivo de palavra, aqui no plenário da Casa, por parte do nobre Deputado Ivan Gubert, quando criticou a deliberação da Secretaria de Educação do Estado, dizendo que infringia o Decreto Federal nº 69.450, do Artigo 12, e reportava ao risco, em que os escolares passariam, estariam passando a sofrer a partir da revogação dessa portaria.

Queremos somente, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que é descabida qualquer análise neste sentido, uma vez que todos os estudos técnicos necessários foram feitos, e, essa sim, é a resolução que atende a real situação da saúde escolar no Estado, e abre portas, portanto, para que se tenha um programa de saúde escolar, e não mais, aquela fantasia de exame médico, que não era realizado nem em condições apropriadas e nem para todos os escolares.

O nosso registro, portanto, Sr. Presidente, era neste sentido.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminho à Mesa o seguinte requerimento: (Lê):

“O Deputado Osvaldo Alencar Furtado, nos termos da Constituição Estadual e no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após consulta ao Plenário, a convocação do Excelentíssimo Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, Fernando Eugênio Ghignone, para que compareça perante o Plenário, em dia e hora que serão fixados conforme o Regimento Interno desta Assembléia, a fim de prestar declarações sobre:

1. As razões da exoneração de Oraci Gemba, do cargo de Superintendente da Fundação Teatro Guaíra;
2. as razões da exoneração de Yara Sarmento do cargo de Diretora de Programação e Arte da Fundação Teatro Guaíra;
3. execução das políticas de ação cultural traçadas nas diretrizes do Governo José Richa.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985”.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Senhora Deputada Irondi Pugliesi.

(Ausente no Plenário).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito. (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PMDB, se fará uso do horário que lhe é reservado.

(Declina).

A Mesa consulta à Liderança da Frente Liberal, se fará uso do horário que lhe é reservado.

(Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PDS, se fará uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

De janeiro de 1983 a janeiro de 1985, o custo da alimentação em Curitiba subiu exatamente 1.228%. No mesmo período de dois anos, o funcionalismo público estadual teve um reajuste salarial da ordem de 700%.

De janeiro de 1983 a janeiro de 1985, o preço da passagem aumentou em 1.100%, ou seja, de janeiro deste ano, a passagem custava 12 vezes mais do que em janeiro de 1983.

Enquanto isso, o professor do Quadro Único do Estado, tinha seus vencimentos reajustados em 562%, ou seja, um aumento em dois anos de 6.6 vezes, isto é, a metade. Esses são dados reais, como vou demonstrar na sequência, e mostrar qual é a verdadeira política salarial do Governo Richa, do arrocho dos vencimentos do funcionalismo público, da mais completa falta de consideração com a nobre classe, exatamente o contrário do que se apregoa aos quatro ventos, que apregoa e se vangloria o Governo Peemedebista de José Richa.

Mentira, nada mais do que um amontoado de mentiras que já não convencem a ninguém, muito menos, o espoliado servidor que vê seu salário corroer-se a cada reajuste que passa. E o que preocupa é o despalante do Governador ao vir afirmar, sem nenhum pejo, que no seu Governo, as despesas com pessoal cresceram 1.000%, que cresceram 11 vezes.

Eu até posso desconfiar que estão enganando o Governador Richa, fazendo engolir dados distorcidos, já que a manipulação de números é a marca da administração Richa, conforme tantas vezes aqui provamos.

O homem público e principalmente o mandatário máximo deve ter como primado de conduta, absoluta sinceridade, a absoluta isenção e não é isso o que vemos, lamentavelmente, em nosso Estado e isso não é afirmação gratuita, nem aleivosia que faço. Para que os Senhores Parlamentares e todo o povo do Paraná saibam da verdade completa, especialmente os funcionários públicos, vou apresentar dados e argumentos inofismáveis, dados que não são meus, não são por mim produzidos, nem elaborados, nem manipulados, mas obtidos esses dados sim, juntos a uma instituição como o IPARDES, nas mensagens anuais enviadas a esta Casa pelo Executivo Estadual e do próprio Orçamento do Estado.

Já vimos, que o custo da alimentação evoluiu 1.228% em dois anos, de janeiro de 83 a janeiro de 85. As passagens de ônibus sofreram reajuste de 1.100%. Nesse mesmo período de dois anos, a gasolina aumentou 924% a ORTN, que é a base para correção monetária, evoluiu 793%; o dólar foi reajustado em 1.270%. A tarifa de água da SANEPAR em 840%, a tarifa de energia da COPEL em 915%.

A propósito das tarifas dos serviços do Estado, quero fazer parênteses para lembrar que no ano passado denunciei a forma errada como a SANEPAR procede os lançamentos, contrariando a lei. Ela cobra a título de Tarifa de Esgoto, o correspondente a 100% do valor do consumo da água, quando o limite é de 50%.

Em janeiro desse ano, a SANEPAR resolveu conceder um desconto de 10% do valor referente ao esgoto. Daí que o aumento em dois anos, ficou em 840%.

Quanto às tarifas da COPEL, lembro que este Legislativo aprovou requerimento de minha autoria pedindo informações ao Governador do Estado sobre os critérios de cobrança da energia pela COPEL, ou melhor, como demonstrei, sobejamente, a falta de critério da COPEL.

Esse pedido de informações até agora não respondido,

já decorridos 49 dias de sua aprovação, o que vem dar mostra da perfeita falta de consideração do Chefe do Poder Executivo para com este Poder, o que o sujeita, inclusive, à ação própria por crime de responsabilidade, de vez que o Governo do Estado é useiro e vezeiro, em desrespeitar este Poder, em fazer da Constituição, letra morta. Pois, que Sua Excelência, não tem respondido no tempo certo, estabelecido pela Constituição e pelo Regimento Interno, os pedidos de informação que este Poder, que é o Poder fiscalizatório, tem aprovado nas diversas áreas do Executivo Estadual.

Qualquer um pode comprovar a veracidade dos dados que aqui apresento sobre estes aumentos substanciais. Mas, os funcionários públicos estaduais têm seus vencimentos reajustados em índices bem inferiores, o que provoca um absurdo achatamento dos seus salários. As coisas essenciais aumentaram, para a sua sobrevivência, aumentaram 900%, 1.000% e até mais de 1.200%, em dois anos.

Mas, os servidores públicos tiveram seus salários reajustados em apenas 700%, e isso é facilmente comprovado. É só pegar as tabelas de fixação dos vencimentos publicados no Diário Oficial, tabelas que tenho em mãos.

Vejam, por exemplo, o caso de um funcionário do Quadro Geral, enquadrado na referência inicial do Padrão A. Seu vencimento básico em janeiro de 1983, era de 43.000 cruzeiros, em números redondos. Com os reajustes semestrais, em janeiro de 85, seu vencimento foi para 307.000 cruzeiros, em números redondos.

Isso dá um reajuste, em dois anos de 600%. Está aqui na tabela.

Vamos dar outro exemplo: um funcionário Padrão G, referência inicial; ele passou em dois anos, de 62.000 para 559.000 cruzeiros, ou seja 798% de reajuste.

No Quadro Geral o Padrão G é o que teve o maior percentual de reajuste de todo o funcionalismo dessa categoria. Mas, a mais grave constatação é o que se faz com relação a Educação e ao Magistério.

Enquanto a alimentação, o ônibus, a água, a luz, a gasolina, tudo teve aumento de 1.000 ou mais por cento, o vencimento do professor do Quadro Único foi reajustado em apenas 562%, apenas isto.

E aqui estão as tabelas para comprovar. Tabelas oficiais, tabelas feitas e mandadas a esta Casa por Sua Excelência o Senhor Governador José Richa, que prometera, em campanha eleitoral, fazer do homem o centro e o destinatário da sua política no Governo.

É isso mesmo. Quanto aos professores do Quadro Único, as tabelas referentes ao Magistério, aos professores da simologia PA, não mostram situação melhor.

Os professores PA 1, tiveram reajuste de 624%. Seu salário passou de 500.000 cruzeiros para 375.000 cruzeiros. Um reajuste nesta categoria, da ordem de 642%, enquanto tudo o inclusive o vestuário, subiu um índice absurdamente maior.

Não se pode negar que algumas categorias do funcionalismo tiveram reajustes melhores. É o caso, por exemplo, dos comissionados da simologia DAS. São esses cargos em comissão que o Governo Richa criou no Palácio Iguaçu para apaniguar os seus companheiros eleitorais.

Quando Richa assumiu, tínhamos, no Paraná, 800 cargos em Comissão e DAS. Pois bem, em dois anos de Governo ele aumentou o número destes funcionários em 44%, isto é, elevou de 800 funcionários para praticamente 1.200 funcionários. Estes funcionários, Senhores, não precisam de concurso público, não precisam de teste seletivo, não precisam demonstrar sequer competência, porque a grande inovação do Governo José Richa foi mostrar ao Paraná que aqui, em 1984, realmente nós vivemos o clima novelíngua que nos falava há 40 anos atrás o ficcionista

Georg Orwell, que parece ter previsto que no Paraná a grande mudança que haveria, seria a mudança da linguagem, isto é, para esses apaniguados que o Governador José Richa nomeou para os cargos de comissão, e que até ontem, no exercício desses cargos, eram sérios, eram probos, eram competentes, a partir das suas exonerações, passam a ser os "inadequados administrativos".

Deram este nome ao ex-Administrador do Porto que de lá saiu sob fortes denúncias de corrupção. Foi esse nome que o Governador José Richa deu ao Sr. Erasmo Garanhão que subtraiu dos cofres públicos estaduais uma quantia, corrigida em valores cambiais de hoje, para mais de 10 bilhões de cruzeiros, e que agora parece não consegue fazê-lo Presidente da TELEPAR por veto dos atuais componentes do Governo Federal, que entendem que não podem nomear para um cargo federal do Paraná alguém que Richa exonerou, porque chegou à conclusão que agiu com desleixo, com falta de cuidado, de critério e de seriedade na condução da política financeira do Estado do Paraná.

O DAS-5, por exemplo, um destes cargos criados "a bangu" pelo Governo José Richa. Governo José Richa que alega que não dá concurso para os professores públicos porque faltam recursos, mas, não se envergonha de criar de uma só canetada mais de 216 cargos em comissão no Palácio Iguaçu. Esse DAS-5 por exemplo, nos dois anos, teve um reajuste de 890%, alto em relação aos demais reajustes do funcionalismo público estadual que não tem padrinho, mas, mesmo assim, bem abaixo dos índices da elevação do custo de vida.

Aí estão todos esses dados perfeitamente comprovados pelas tabelas elaboradas pelo próprio Executivo Estadual, e vem o Governador José Richa, agora no final da semana passada, afirmar, como justificativa para não atender as justas reivindicações dos servidores estaduais, que a despesa com pessoal no seu Governo aumentou 11 vezes, ou seja, 1.000%. Essa é a mágica ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa concede ao nobre Deputado mais alguns minutos para a conclusão de seu discurso.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu agradeço a Vossa Excelência, Sr. Presidente.

E concluindo, para que possa continuar a análise amanhã deste pronunciamento, afirmo que o Governador José Richa está tirando do funcionalismo, no seu Governo, 40% com relação à correção do INPC. Se Sua Excelência quiser reabilitar-se, ao menos em parte com o funcionalismo público estadual, deveria conceder um aumento agora, em junho, equivalente a 100% do INPC. E no mínimo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 20%, o que daria para ele compensar apenas 50% do que está tirando nos dois longos e sofridos anos em que Richa mente e trai ao funcionalismo público estadual.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quilse

Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, conforme Laudo Médico n.º 12/85, expedido pelo Serviço de Inspeção de Saúde deste Poder Legislativo, a partir do dia 20 do corrente mês, até o dia 18 de junho do corrente ano. **Aprovado.** Inclua-se na Ordem do Dia da sessão do dia 27/05/85.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 58/85, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na votação do requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante da Ordem do Dia de hoje. — **Aprovado.**

Atendendo a ordem das preferências, em discussão o Projeto de Lei n.º 58/85.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 88/85), que objetiva fixar normas legais pertinentes a isenção tributária e outras vantagens fiscais às microempresas, bem como alterar dispositivos da Lei Orgânica do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias ICM. Com parecer Favorável ao Substitutivo Geral da C.C.J., por maioria. Em Regime de Urgência.

Em votação o Substitutivo. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Acir Mezzadri, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI N.º 58/85**

"Art. ... — Fica concedida às microempresas legalmente qualificadas na forma desta lei, a anistia fiscal do valor total dos seus débitos para com a Fazenda Estadual, contraídos até a data do início da vigência desta lei.

Parágrafo único. A anistia de que trata o "caput" deste artigo estender-se-á às empresas de qualquer porte, no limite de faturamento idêntico ao da microempresa, sobre as dívidas contraídas até a vigência da presente lei.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1985.
(aa) NILSO SGUAREZI

ACIR MEZZADRI

Apoiamto: EDUARDO BAGGIO.
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.
NELSON VASCONCELLOS.

Em votação a Emenda. — **Aprovada.**
Na ordem das preferências,

DISCUSSÃO ÚNICA — Do requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, solicitando 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir do dia 20 do corrente mês, conforme laudo médico.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e de acordo com o parágrafo 1.º, do Artigo 14 do REGIMENTO INTERNO, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, conforme Laudo Médico n.º 12/85, expedido pelo Serviço de Inspeção de Saúde deste Poder Legislativo, a partir do dia 20 do corrente mês, até o dia 18 de junho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1985.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE
LAUDO MÉDICO N.º 12/85**

Aos vinte e dois dias de maio de 1985 a Junta Médica infra-assinado, tendo procedido a inspeção de saúde em Artagão de Mattos Leão (Deputado), concluiu achar-se o mesmo com 410.9/420.0 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte), necessitando de 30 (trinta dias) de licença, para tratamento. A partir de 20/05/85.

(aa) Médico Chefe da Junta
Membro

Em votação. — **Aprovado.** Está licenciado por 30 (trinta) dias o Sr. Deputado Artagão Mattos Leão.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 291/84, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO PARANÁ", com sede nesta Capital. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 291/84
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO PARANÁ", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;
TADEU FRANÇA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 03/85, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a DOM ARMANDO CIRIO, Arcebispo de Cascavel.
— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 03/85
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná a DOM ARMANDO CIRIO, Arcebispo de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;
TADEU FRANÇA — Relator.

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução nº 13/85, (Mensagem nº 51/85 – ex-Proposição nº 54/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública, a EMOPAR e os Municípios adiante mencionados, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos Municípios signatários. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução nº 14/85, (Mensagem nº 52/85 – ex-Proposição nº 57/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados em 20/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública a EMOPAR e Municípios que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Unidades Policiais Militares. EM REGIME DE URGÊNCIA.

—Aprovado.

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução nº 15/85, (Mensagem nº 53/85 – ex-Proposição nº 58/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos a Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 15/08/84 através da Secretaria da Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando execução de reparos nas Cadeias e Delegacias de Polícia dos citados Municípios. EM REGIME DE URGÊNCIA. **—Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução nº 16/85, (Mensagem nº 61/85 – ex-Proposição nº 63/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópias autênticas de Termos de Convênio de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública, a EMOPAR e os Municípios adiante mencionados, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos Municípios signatários. EM REGIME DE URGÊNCIA. **—Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução nº 17/85, (Mensagem nº 62/85 – ex-Proposição nº 62/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública e da EMOPAR, com os Municípios de Londrina e Mandrituba, com objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. **—Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução nº 18/85, (Mensagem nº 04/85 – ex-Proposição nº 06/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE JUSTIÇA, que aprova 14º e 15º Termos Aditivos de 13/12/84 ao Convênio celebrado em 02/10/75, entre o Estado do Paraná, o Ministério da Agricultura e a SUDESUL, através da Secretaria da Agricultura, objetivando dar continuidade aos serviços que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. **—Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução nº 19/85, (Mensagem nº 05/85 – ex-Proposição nº 07/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópia autêntica do 1º Termo Aditivo de 13/12/84, ao Convênio EBTU nº 007, de 15/02/84, entre o Estado do Paraná, o Ministério dos Transportes e o Município de Curitiba, figurando como intervenientes a EBTU, a Secretaria do Planejamento, a COMEC e o IPPUC, com objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA

—Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução nº 20/85, (Mensagem nº 10/85 – ex-Proposição nº 12/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópia autêntica de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 176/84 de 16/08/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Nossa Senhora das Graças, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA.

—Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução nº 21/85, (Mensagem nº 06/85 – ex-Proposição nº 08/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, em 26/12/84 através da Secretaria do Interior e o Município de Cerro Azul, com participação da SUCEPAR, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da Erosão Urbana. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução nº 22/85, (Mensagem nº 12/85 – ex-Proposição nº 14/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 16/08/84, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução do PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA.

—Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução nº 23/85, (Mensagem nº 13/85 – ex-Proposição nº 15/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 1º Termo Aditivo, de 12/11/84 ao Convênio nº 01/84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e o Município de Alto Piquiri, objetivando auxiliar financeiramente o Município signatário, na execução de obras públicas. EM REGIME DE URGÊNCIA.

—Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução nº 24/85, (Mensagem nº 14/85 – ex-Proposição nº 16/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 22/11/84 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA.

—Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução nº 25/85, (Mensagem nº 16/85 – ex-Proposição nº 18/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio

Curitiba, segunda, em 27/05/85

celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 09/12/84, n.º 11/84, através da Secretaria do Interior e o Município de Guarapuava, objetivando formação de Equipe de Assistência e Supervisão à Execução de Redes de Eletrificação Rural conforme específica. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 26/85, (Mensagem n.º 17/85 — ex-Proposição n.º 19/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 278/84, de 16/08/84, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de São Tomé, objetivando a adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 27/85, (Mensagem n.º 21/85 — ex-Proposição n.º 23/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento, a SUDESUL, a ELETROSUL e o Município de Guaíra, visando implantação de uma Unidade Técnica de Planejamento com objetivo de assessorar ao Chefe do Executivo Municipal na gestão do desenvolvimento Urbano. **EM REGIME DE URGÊNCIA. —Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 28/85, (Mensagem n.º 23/85 — ex-Proposição n.º 26/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 22/11/84 através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução do Projeto PROSAFRAS. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 29/85, (Mensagem n.º 27/85 — ex-Proposição n.º 30/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 20/11/84 através da Secretaria da Agricultura e o M Município de Terra Boa, visando colaboração técnico-financeira a fim de possibilitar ao referido Município, a formação de um viveiro de mudas de café. **EM REGIME DE URGÊNCIA. —Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 30/85, (Mensagem n.º 28/85 — ex-Proposição n.º 31/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 04/12/84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e a FINEP, com interveniência do CNPQ, objetivando elaboração do II Plano Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 31/85, (Mensagem n.º 29/85 — ex-Proposição n.º 32/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Revigoreamento e Retificação, de 19.10.84 ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 05.01.84,

através da Secretaria do Planejamento e o Município de Guaíra, com interveniência da SUDESUL, objetivando execução de obras de controle sanitário. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 32/85 — Mensagem n.º 32/85 —

ex-Proposição n.º 37/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, de 16.08.84, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Theodoro da Silva, ocorrido no dia 23 de maio do corrente ano, no Município de Ribeirão do Pinhal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Americo Ugolini, ocorrido no dia 25 de maio do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Moacyr Anselmo da Silva, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 238/84, que autoriza o Poder Executivo reverter ao Município de Paulo Frontin o imóvel transcrito sob n.º 11334 às fls. 52 do livro n.º 3-1 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a implantação do serviço de água e esgotos no Município de Piraquara. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, encarecendo a implantação do serviço de água e esgotos no Jardim Primavera, Município de Piraquara. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando manifestação de agradecimento ao Senhor Diretor Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria de Finanças, pela instalação do escritório central (pessoal técnico e de manutenção), no local da obra de Salto Segredo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Reitor da Fundação da Universidade Estadual de Londrina, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo esclarecimentos sobre o episódio das demissões de funcionários da Prefeitura do Campus Universitário. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela posse dos novos Presidentes do INAMPS, IAPAS e INPS. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de maior cota de remédios para o centro de saúde do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Responsável pelo Departamento dos Serviços de Transporte Comercial, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo a modificação do horário de saída do ônibus que faz a linha entre os Municípios de Jandaia do Sul e Barbosa Ferraz. Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) — Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na iluminação de uma quadra no Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, Município de Campina da Lagoa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Superintendente da Fundepar, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na construção de uma quadra de esportes do Colégio Estadual Santo Inácio de Loyola — Ensino de 1.º e 2.º Graus, no Município de Fênix. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Goioerê e porã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando

o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a implantação de uma rede de telefonia rural na localidade de Água Quente, no Município de Iretama. Em discussão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de maior cota de remédios para o setor do Município de Janiópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministro dos Transportes, Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a construção do trecho ferroviário Maringá - Guaíra. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando a convocação do Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, para prestar declarações sobre as razões da exoneração de Oraci Gemba do cargo de Superintendente da Fundação Teatro Guaíra. Em discussão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações de quais as liberações de recursos financeiros já feitas pelo Programa de Ação Municipal no corrente ano. **Rejeitado.**

A Mesa consulta o Plenário, sobre o requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, que foi aprovado por esta Casa: -

(Lê):

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, com apoio de demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transformação desta Casa em Comissão Geral, durante a Sessão Ordinária de terça-feira, dia 28 de maio do corrente ano, com a finalidade de discutir juntamente com a Associação Brasileira de Municípios, o modelo de Reforma Tributária a ser implantado no País.

Sem prejuízo da votação da Ordem do Dia de amanhã, a Mesa marca esta sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58/85
e dos Projetos de Resolução n.ºs 19, 20, 21, 22, 23,
24, 25 e 26/85
- 2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 27, 28,
29, 30, 31 e 32/85
- 1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 33, 34,
35, 36, 37 e 38/85

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE FINANÇAS

10ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos 5 (cinco) dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Finanças. Presidida na forma do Artigo 40 do Regimento Interno pelo Senhor Deputado Erondy Silvério e havendo número legal foi declarado aberto os trabalhos com a comunicação de que a presente reunião destina-se a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão e sua Instalação. Procedida a votação, verificou-se a eleição do Senhor Deputado Ervin Bonkoski para Presidente e do Senhor Deputado Homero Oguido para Vice-Presidente. Assumindo o Cargo para a qual fora eleito o Senhor Deputado agradeceu pela deferência em presidir tão importante Comissão. Na oportunidade indicou o funcionário Nelson Silvio Salles, para secretariar os trabalhos da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, do que para constar, eu, Nelson Silvio Salles, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

Deputado ERVIN BONKOSKI

Presidente

NELSON SALLES

Secretário

Republicada por incorreção.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos 9 (nove) dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem a Comissão de Redação com o fim específico de proceder sua instalação e respectiva eleição para Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo

Senhor Deputado TADEU BENTO FRANÇA, verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, anunciando em seguida a realização das eleições para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados HOMERO OGUIDO e JORGE MAIA FILHO, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado HOMERO OGUIDO agradeceu a confiança nele depositado, prometendo tudo fazer para não desmerecer a deferência de seus nobres pares. O Senhor Presidente após determinar de que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas à existência de matéria de sua competência, convidou o funcionário Lélío Guimarães Sotto Maior para exercer as funções de Secretário. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Lélío Guimarães Sotto Maior, lavrei a presente Ata, a qual após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

Deputado HOMERO OGUIDO

Presidente

(a) LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR

Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Educação para a sessão de instalação, com a presença dos Senhores Deputados membros da mesma. Assumiu a Presidência na forma regimental o Senhor Deputado Odeni Mongrue, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos destinados à eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos, conforme nomina o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa. Foram indicados os nomes dos Senhores Deputados Rubens Bueno e Odeni Mongrue para Presidente e Vice-Presidente respectivamente, os quais foram aceitos por unanimidade. O Senhor Presidente eleito usou da palavra para agradecer a confiança nele depositada por todos os membros da Comissão. O Senhor Deputado Odeni Mongrue, também agradeceu a todos. Na oportunidade, designou a funcionária Maria Aparecida Amaral, para exercer a função de Secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente para

que produza os efeitos legais.

Deputado RUBENS BUENO

Presidente

MARIA APARECIDA AMARAL

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
10ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e cinco na Sala de Reunião de Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Tadeu Lúcio Machado, mais a presença dos Deputados: Trajano Bastos, Ivan Gubert, Ezequias Losso, Luiz Alberto Oliveira, Basílio Zanusso, Odeni Mongrue, e Mário Pereira. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e apresentou o Senhor Gerson Weiss, Presidente da Associação de Microempresa do Paraná, bem como demais representantes da mesma e representante da Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná. Presentes à reunião os Senhores: Sidney Santos Andrade e Luiz Alberto Moraes da Associação de Microempresa do Paraná; Senhor Roberto Sotto Maior Karam e George Jean Brue, representantes da Secretaria das Finanças e Abrão Loureiro e Antonio Sérgio Lopes da Federação dos Contabilistas do Paraná. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Gerson Weiss, que passou a expor e na ocasião foram debatidos aspectos do Projeto de Lei nº 58/85, que trata do Estatuto da microempresa, conforme notas taquigráficas em anexo. Antes do encerramento da reunião, o Senhor Presidente colocou à deliberação do Plenário sobre matérias que se encontram na Comissão em diligência, e que não foram atendidas. Os Senhores Deputados solicitaram as mesmas para que fossem examinadas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, agradecendo a colaboração de técnicos ligados ao setor de microempresa, marcando nova reunião para o dia 15 às 10:00 horas com a presença do Senhor Secretário das Finanças doutor João Elísio Ferraz de Campos. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputados presentes e por mim, Lucia Maria da Veiga Segall, Secretária.

Deputado TADEU LÚCIO MACHADO

PRESIDENTE

Lucia Maria da Veiga Segall

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
10ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Curitiba, segunda, em 27/05/85

Aos quinze dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se extraordinariamente esta Comissão com a finalidade de ouvir o Senhor Secretário das Finanças acerca do Projeto de Lei nº 58/85, que trata do Estatuto da Microempresa no Paraná. Além do Senhor Presidente Deputado Tadeu Lúcio Machado, estiveram presentes os Deputados: Werner Wanderer, Acir Mezzadri, Basílio Zanusso, Fiori Luiz, Odeni Mongrue, Hermas Brandão, Ivan Gubert, Luiz Alberto Oliveira, Antônio Anibelli, Djalma de Almeida César, Mário Pereira, Homero Oguído. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, passando a palavra ao Senhor Secretário João Elísio Ferraz de Campos, que ainda na oportunidade discutiu e trocou opiniões com os presentes, conforme registro nas notas taquigráficas em anexo. Para finalizar a reunião o Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor Secretário e demais presentes, encerrando os trabalhos. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputados presentes e por mim, Lúcia Maria da Veiga Segall, Secretária.

DEPUTADO TADEU LÚCIO MACHADO

PRESIDENTE

Lucia Maria da Veiga Segall

Secretária

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA – 10ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e cinco, convocada conforme dispõe o parágrafo único do artigo 40, do Regimento Interno, compareceram na Sala de Reuniões da Secretaria deste Poder Legislativo, os Senhores Deputados indicados por suas lideranças partidárias para comporem como membros efetivos a Comissão de Indústria e Comércio, a fim de procederem a instalação e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da referida Comissão permanente. Iniciados os trabalhos, procedeu-se a eleição e verificada a votação, constatou-se maioria de votos para os Senhores Deputados Odeni Mongrue e Sabino Campos, eleitos Presidente e Vice-Presidente respectivamente. Assumindo a Presidência para a qual fora eleito, o senhor Deputado Odeni Mongrue usou da palavra, e em seu nome e em nome do Senhor Vice-Presidente agradeceu tais investiduras, dizendo do propósito, em contar com a participação de todos os membros da Comissão para dinamizá-la, nos cargos em que ora foram eleitos. Após o que, estabeleceu-se que as reuniões da Comissão de Indústria e Comércio fica-

rão condicionadas à existência de matérias ou outras ocorrências afetas à mesma e que quando tal acontecer, realizar-se-á através de reunião convocada pelo Senhor Presidente, em hora convenientemente a ser estabelecida, e também indicou, o funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder Legislativo, Senhor Jayro Camargo, para continuar exercendo as funções de Secretário da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ATA, que após lida e aprovada; será assinada pelo Senhor Presi-

dente e Vice-Presidente e demais membros presentes e por mim Secretário, a fim de que produza os efeitos legais.

aa) DEPUTADO ODENI MONGRUEL
PRESIDENTE
DEPUTADO SABINO CAMPOS
VICE -PRESIDENTE

Jayro Camargo
Secretário